

## A arte da cura em Teresina nos anos de 1852 a 1877<sup>1</sup>

Nádia Narcisa de Brito Santos<sup>2</sup>

**Resumo:** O objeto desse trabalho são as práticas de cura na cidade de Teresina, Capital da Província do Piauí, entre os anos de 1852 a 1877. A finalidade é compreender as ações e interesses dos sujeitos praticantes da cura na referida capital. Para apreender o tema proposto utilizamos como fonte os jornais *A Ordem* (1854), *O Propagador* (1858-1871), *O Expectador* (1861), *O Piauí* (1869-1873) e *A Pátria* (1870-1871), os quais apresentavam diversos anúncios e casos de cura em Teresina. Empregamos como aportes teóricos os trabalhos dos seguintes autores: Gabriela dos Reis Sampaio (2001), Tânia Salgado Pimenta (2003), Sidney Chalhoub *et al* (2003), Jurandir Freire Costa (2004) e Norbert Elias (2011). Nessa pesquisa, notou-se que, objetivando legitimar sua prática, médicos formados por faculdade de medicina afirmavam, nos periódicos, que a maneira de curar dos curandeiros e boticários era nociva aos enfermos, prenúncios que aconteciam, sobretudo, no intermédio das epidemias. Percebeu-se, por meio dos jornais, que as práticas de cura eram heterogêneas e que passavam por conflitos e incertezas, sendo frutos de sujeitos históricos com interesses díspares.

**Palavras-chave:** Práticas de cura; Médicos; Charlatães; Teresina; Província do Piauí.

**Abstract:** This work examines healing practices in the city of Teresina, Capital of the Province of Piauí, between the years 1852 to 1877. The purpose is to understand the actions and interests of the subjects practicing healing in the said capital. In order to understand the proposed theme, we used as a source the newspapers *The Order* (1854), *The Propagator* (1858-1871), *The Expectador* (1861), *The Piauí* (1869-1873) and *The Motherland* (1870-1871) Announcements and cases of healing in the city of Teresina. We use as theoretical contributions the works of the following authors: Gabriela dos Reis Sampaio (2001), Tânia Salgado Pimenta (2003), Sidney Chalhoub *et al* (2003), Jurandir Freire Costa and Norbert Elias (2011). In this research, it was noted that in order to legitimize their practice, physicians trained by the medical school affirmed in the periodicals that the healers and healers' cure was injurious to the sick, a sign that occurred mainly in the midst of epidemics. It was noticed through the newspapers that the healing practices were heterogeneous, that they went through conflicts and uncertainties, being the fruits of historical subjects with disparate interests.

**Keywords:** Cure practices; Physicians; Charlatans; Teresina; Province of Piauí.

### The art of healing in Teresina in the years 1852 to 1877

---

<sup>1</sup> Este artigo é derivado de um dos capítulos de minha monografia, o qual se intitula *Cidade ideal e real: higienismo, epidemias e práticas de cura em Teresina (1852-1877)*.

<sup>2</sup> Mestranda Interdisciplinar em História e Letras pela Universidade Estadual do Ceará na Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, Campus de Quixadá. Especialista em História do Brasil pela Faculdade de Ciência e Educação do Caparaó. Graduada em História pela Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros. E-mail: [nadiabrito45@hotmail.com](mailto:nadiabrito45@hotmail.com)

## INTRODUÇÃO

O objeto desse trabalho são as práticas de cura na cidade de Teresina, Capital da Província do Piauí, entre os anos de 1852 a 1877. O intuito foi compreender as ações e interesses dos sujeitos praticantes da cura na referida capital. Sendo assim, surgem-nos as seguintes indagações: o que movia a realização das curas por médicos, curandeiros, feiticeiros, benzedeiros, boticários, homeopatas, farmacêuticos e receitistas na Capital da Província do Piauí? Como eram realizados os procedimentos curativos por esses sujeitos? De onde provinham tais indivíduos?

O recorte temporal desse trabalho inicia em 1852, por ter sido a data de transferência da capital do Piauí de Oeiras para a cidade de Teresina. Desse modo, a finalidade foi perceber que tipos de curas foram instituídas desde a edificação da capital até o final do último surto epidêmico do século XIX, sendo este a epidemia de varíola acontecida no ano de 1877. Ademais, as epidemias proporcionaram o desenrolar de diversas maneiras de curar, que perpassavam do médico formado ao curandeiro.

Nesse sentido, para apreender o tema proposto, utilizamos como fontes os jornais *A Ordem* (1854), *O Propagador* (1858-1871), *O Expectador* (1861), *O Piauí* (1869-1873) e *A Pátria* (1870-1871), os quais apresentavam diversos anúncios e casos de cura na referida cidade. Os aportes teóricos acerca das práticas de cura e do surgimento dos surtos epidêmicos foram os trabalhos de Gabriela dos Reis Sampaio (2001), Tânia Salgado Pimenta (2003) e Sidney Chalhoub *et al* (2003), Jurandir Freire Costa (2004) e Norbert Elias (2011).

A temática levantada nesse artigo é de extrema relevância para o contexto das pesquisas em História no Estado do Piauí, uma vez que a linha de estudo História da Saúde e das Doenças é pouco abordada nos trabalhos historiográficos, sobretudo no que concerne ao século XIX<sup>3</sup>, o que torna este campo de pesquisa riquíssimo e com amplas possibilidades de investigação.

Destarte, nos propusemos a compreender como as práticas de cura foram constituídas em Teresina, buscando entender as ações e interesses dos sujeitos praticantes da cura na referida capital.

---

<sup>3</sup> Os trabalhos aqui elencados versam acerca da História da Saúde e das Doenças no Piauí do século XIX, são eles: SANTANA, Márcia Castelo Branco. **Fragmentos da loucura**: a construção do asilo de alienados e a loucura no Piauí entre as décadas de 1880 a 1920; Pernambuco, 2016. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco; LOPES, Felipe da Cunha. **Patológicos e delinquentes**: estratégias do controle social da loucura em Teresina (1870-1930). Fortaleza, 2011. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual do Ceará; ARAÚJO, Romão Moura de. **A medicina social no Piauí da primeira República**: Saúde Pública e Serviço de Saneamento Rural (1890 – 1930). Picos, 2014. Monografia. (Graduação em História) Universidade Federal do Piauí – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros.

## EPISÓDIOS DE CURA

O abaixo assinado faz ciente que tendo chegado a esta cidade no dia 20 de janeiro e trazendo em sua companhia um escravo de nome Pedro foi acometido de uma terrível cobra jaracuçu na ocasião que foi ver os animais no pieiro; no segundo dia 21 das 4 para 5 horas da tarde recorrendo a botica do Sr. Eleutério, foi ali guiado para a casa do Sr. Agostinho da Cunha Machado, e este mediatamente me vende-o uma caixa de pílulas de sua composição, e cujo resultado foi evidente e o mais eficaz, pois que o negro se achava bastante em perigo e ansiado, logo que tomou estas prodigiosas pílulas restabeleceu-se sem risco algum de vida pelo que muito lhe agradeço e ofereço meu pequeno préstimo (O PROPAGADOR, 1860, p. [?]).

O referido episódio aconteceu em Teresina a 11 de Fevereiro de 1860. Ele exemplifica os meios aos quais se recorriam para curar determinadas doenças no contexto do Império. Nesse caso, Satyro Antunes Matta, dono do escravo Pedro, procurava curá-lo do veneno da mordida de cobra. Num primeiro momento, Satyro recorre ao boticário Eleutério; todavia, este não podendo solucionar o problema, indica que leve o doente a Agostinho da Cunha Machado, o qual lhe ministra pílulas feitas por ele mesmo, método que contribuiu para o restabelecimento, em poucos dias, da saúde do negro Pedro. Dois pontos são necessários analisar no caso narrado: primeiro, o cuidado do senhor com o escravo; segundo, a prática de cura de Agostinho da Cunha Machado.

No período imperial, assim como na Colônia, escravos andavam descalços e maltrapilhos, bem como trabalhavam arduamente durante todo o dia e se alimentavam mal. Todos esses fatores contribuem, e muito, para a propagação de doenças no meio escravista, assim como amarfanhados com cortes, picadas de animais, sem mencionar as enfermidades derivadas dos climas e àquelas trazidas pelos africanos escravizados nos tumbeiros (FIGUEIREDO, 2006). Satyro Antunes Matta, ao buscar medicamento para o tratamento da mordida de cobra de seu escravo nos possibilita entender, a priori, o valor deste sujeito, ou seja, provavelmente a perda do escravo Pedro causaria prejuízo financeiro para o senhor, além de nos permitir apreender uma proximidade e solidariedade entre o escravo e seu senhor (ABREU, 2005), tendo em vista que, segundo Jean Luiz Neves Abreu (2005), estas ações aconteciam exatamente nos momentos de doença.

O fato de Satyro Antunes Matta recorrer primeiro a um boticário pode indicar a pouca quantidade de médicos na capital da Província do Piauí. No que concerne às pílulas de Agostinho da Cunha Machado, elas eram populares em Teresina. Nos jornais da época, diversos moradores agradecem a ele pela invenção dos comprimidos, como é o caso de

Antônio Faustino, que deu o remédio à sua esposa que “se achava moribunda mordida de uma cobra” (O EXPECTADOR, 1861, p. 4). Após o fornecimento gratuito das pílulas, Agostinho da Cunha Machado passa a cobrar pelo produto, estabelecendo a quantia de “2\$000 por cada dose, ou 6\$000 por cada caixa pagos à vista.” (O EXPECTADOR, 1861, p. 4).

O ABAIXO assignado, faltaria a um dever de reconhecimento e gratidão, se não desse pública demonstração do agradecimento em que se acha para com o sr. Agostinho da Cunha Machado, pelo ato de humanidade que praticou salvando a Bernardino, que se achava quase morto mordido de uma cobra, a 2 dias, não podendo mais nem vêr; cura operada com a aplicação de umas pílulas de sua composição, cuja dose me entregou, e tomada que fosse, realizou-se o milagre.

Receba por tanto o sr. Machado meus agradecimentos, que o Altíssimo lhe dará o pago. – Theresina 2 de fevereiro de 1859.

*João Ferreira de Andrade* (O PROPAGADOR, 1859, p [?]).

Possivelmente, Agostinho da Cunha Machado poderia ser um receitista ou até mesmo um boticário. O fato é que episódios que retratem as maneiras de curar são frequentes nos jornais da cidade de Teresina na segunda metade do século XIX, os quais apareciam em forma de notícia cotidiana ou em simples anúncios de remédios, como, por exemplo, o negro Manoel João, que era acusado de práticas curandeiras,<sup>4</sup> ou mesmo a velha Maria Pereira, que curava por meio de benzeduras e “cozendo-o com umas pedras miraculosas”<sup>5</sup>.

Feiticeiros, curandeiros, boticários, benzedeiros, homeopatas, receitistas, médicos não habilitados por faculdade de medicina, são categorias denominadas por nós como aqueles agentes das artes de curar, ou seja, refere-se a quem pratica a cura sem a devida formação acadêmica. Como afirma Tânia Salgado Pimenta (2003), são práticas “não inseridas no mundo oficial no exercício de curar” (PIMENTA, 2003, p. 4). Os médicos formados e aprovados pela faculdade de medicina do Império compõem o quadro dos que praticam a medicina oficial e acadêmica, os que exercem um ofício legitimado por uma instituição e pelo saber médico científico da época. Tanto as artes como os ofícios tinham por finalidade levar a cura aos enfermos no Brasil Imperial (SAMPAIO, 2001).

Os Drs. Simplício de Souza Mendes e Constantino Luiz da Silva declaram que fazem visitas medicas a 3:000 cada uma, e sendo a noite 5:000. Prestam-se chamados fora da cidade recebendo 20\$ por cada légua que percorrerem,

---

<sup>4</sup> Não se tem informações se este era livre ou escravo no momento de acusação. Ver: SILVA, Mairton Celestino da. **Batuque na rua dos negros: escravidão e policia na cidade de Teresina, século XIX.** Teresina: EDUFPI, 2014.

<sup>5</sup> Não há especificidade sobre o caso no jornal. Ver: A PEDIDO. **O PROPAGADOR.** Teresina. Ano I, n, 28, agos. 1858, p. [?].

e 30\$000 por cada dia de estadia. Declaram ainda que não se encubem de doentes que nesta capital usem de medicamentos aplicados por boticários e curandeiros, procurando-se desta arte evitar um abuso criminoso e quiçá nocivo aos enfermos.  
Os pobres serão tratados gratuitamente (O PIAUHY, 1871, p. 4).

O fragmento acima é um anúncio exposto no jornal *O Piauí*, no ano de 1871. Logo de início, os médicos Simplício de Souza Mendes e Constantino Luiz da Silva<sup>6</sup> declaram não tratarem doentes que houvessem procurado medicamentos de boticários e curandeiros. Acreditamos que tal sentença demonstra o embate entre o saber médico científico e as artes curativas, estigmatizando os que praticavam tal arte, bem como os que a elas recorriam. Nas palavras dos médicos citados, os atos praticados por boticários e curandeiros eram “criminosos” e “nocivos aos enfermos”. O referido anúncio aponta a construção de um campo de legitimação do saber médico científico, o qual é publicitado nos jornais; é uma “trincheira do saber”, na qual a distância entre artes e ofícios acentua-se cada vez mais após a década de 1850 (CHALHOUB, Org., 2003).

O anúncio dos médicos também é singular, uma vez que aparece nas matérias jornalísticas após o primeiro surto de varíola da região, em 1865. Entendemos que Simplício de Souza Mendes e Constantino Luiz da Silva, ao afirmarem uma prática medicinal como ruim – neste caso, a prática de cura dos curandeiros e boticários – após um surto epidêmico, objetivavam a legitimação de uma determinada maneira de curar, a acadêmica científica, considerada por estes a mais eficaz em todos os momentos, sobretudo nos períodos epidêmicos.

O referido anúncio se repete no periódico *O Piauí* e em outros jornais, sugerindo a publicação, por parte dos anunciadores, de um meio efetivo de cura para todos os sujeitos. Nessa conjuntura, na versão dos médicos, eles eram, supostamente, os únicos que conheciam como a doença se proliferava, pois propagavam serem conhecedores do que fazer para impedir a ação da doença e, conseqüentemente, sua disseminação (MACHADO, 1978). Consideramos, ainda, que a prática de oferecer cura gratuitamente para os pobres pode estar relacionada, em alguma medida, à afirmação do ofício médico, o qual seria publicitado entre os doentes que, por sua vez, fariam a propaganda gratuita de seu trabalho (CHALHOUB, Org., 2003).

---

<sup>6</sup>Doutor em medicina pela faculdade da Bahia, cavalheiro da imperial ordem da Rosa e encarregado da enfermaria militar do Piauí. “Médico do Exército e político. Bacharel em Direito. Deputado provincial em três legislaturas (1864-1869). Vice-presidente da Província do Piauí. Esteve no exercício da presidência no período de 13-12-1878 a 19-12-1878. Diretor-geral da Instrução Pública (1873).” (GONÇALVES, 2003, p. 273).

Simplício de Sousa Mendes e Constantino Luz da Silva, além de médicos eram políticos. A aproximação com a classe pobre, possivelmente, estaria associada à noção de cuidar da saúde dos pobres para não contaminar os ricos, ou mesmo uma proximidade que lhes permitissem um apoio das camadas populares no âmbito político. De acordo com Maria Clélia Costa (2004), “No século XIX, o pobre perde a sua função social e torna-se perigoso, quer por ser considerado foco disseminador de doenças ou por consistir em força política potencialmente rebelde.” (COSTA, 2004, p. 61).

Nesse sentido, o embate entre as diversas maneiras de curar eram expressas nos jornais por meio de notícias de cunho de alerta. O periódico *A Pátria*, em 16 de agosto de 1871, publicava o seguinte:

Vaga pelo sul do município desta capital, segundo nos informa pessoas de todo credito, um outro *Juca Rosa*, fazendo fortuna a custa dos incautos. Pedimos a polícia que deite um olhar de atenção para este *meiro*, que anda extorquindo tudo quanto pode dos pobres credulos, que infelizmente escutam suas especuladoras, escandalosas e prejudiciais *feitiçarias*. Pelo município de S. Gonçalo já andou elle, e fez brilhanturas do arco de velha, pelo que a polícia de lá caiu-lhe em cima, e obrigou-o a retirar-se para o termo desta capital, depois de haver n'aquelle commettido alguns defloramentos, entre os quaes se conta o de uma menor, que perdeu as flores de sua virgindade, a pretexto de ser *desinfeitiçada*. O tal feiticeiro é um preto alto, conhecido pelo nome de *Gama*; elle esteve nesta capital, em tratamento no hospital de misericórdia. Seria bom que a polícia o mandasse vir a fim de verificar se elle é perigoso na arte de *Juca Rosa* (*A PÁTRIA*, 1871, p.4).

Na notícia supracitada, o feiticeiro Gama é associado à figura de José Sebastião da Rosa ou Juca Rosa; este último, muito estudado pela historiadora Gabriela dos Reis Sampaio (SAMPAIO, 2009). Nascido no Rio de Janeiro em 1833 e filho de uma africana, Juca Rosa foi acusado na capital imperial de praticar todo tipo de trabalho de cura e feitiçaria. As pessoas o procuravam a fim de alcançar fortuna, amor, felicidade e cura contra os males do corpo e do sobre-humano (SAMPAIO, 2001).

Os alardes na imprensa acerca das influências dessas artes acabavam por construir a imagem de práticas do corpo e espírito (CHALHOUB, Org., 2003). As publicações, na tentativa de constituir similaridades entre práticas de cura de diferentes partes do Império, segundo Mairton Celestino da Silva (2014), são maneiras de frear a aceitação destas artes entre a população pobre e branca. À vista disso, o feiticeiro Gama, associado a Juca Rosa e, consequentemente, à cura de males espirituais e do corpo, manipularia com sua arte as forças do universo.

É relevante destacarmos que os praticantes de cura que não tinham respaldo científico caminhavam na contramão do progresso e da civilização, aspectos que, por sua vez, de acordo com Sidney Chalhoub (2003), estavam em constante diálogo com a ciência e a medicina europeia. Ao associar a cura a algo distinto do científico – o espiritual – consideramos ser uma maneira de classificar tais práticas como bárbaras, díspares ao civilizado (ELIAS, 2011). Para Gabriela dos Reis Sampaio (2003):

A perseguição aos mais variados agentes de cura muitas vezes esteve ligada à repressão a cultos de negros e pobres, nos quais se identificavam raízes culturais de origem africana, consideradas bárbaras, atrasadas e, por isso, um sério entrave aos padrões de civilização e cultura desejados para o Brasil (SAMPAIO, 2003, p. 414).

Males espirituais e do corpo, para além de serem associados à feitiçaria, também compunham o rol das características do curandeirismo. Esta prática, por sua vez, não era um crime previsto por lei no Império; mesmo assim, a sociedade via com desconfiança “o respeito que seus líderes – a maioria negros, escravos/libertos – alcançavam em pleno regime escravista.”(SILVA, 2014, p. 122). Tânia Salgado Pimenta (2003), ao analisar a primeira metade do século XIX, no que concerne às formas de controle das artes e ofícios de curar no Rio de Janeiro, considera que: “Do mesmo modo que os sacerdotes e parteiras, os curandeiros também exerciam atividades consideradas menos prestigiadas, eram indivíduos que ocupavam posições sociais subalternas e, de preferência, assistiriam os pobres.” (PIMENTA, 2003). É possível perceber o desprestígio dado aos praticantes das artes curativas na Província de Teresina, quando notícias como a que se segue são propagadas nos periódicos da capital.

Chamamos atenção da policia sobre um sr. Oliveira que por ahi anda arvorado em medico a curar todo mundo, fim de quão appareça alguma vitima de seu zelo philantropico. Há dias ia morrendo um escravinho do major Bacellar por causa de uma cataplasma que esse snr. lhe applicou sobre um pequeno tumor na região inguinal (O PIAUHY, 1869, p. 4).

Com título endereçado *A Polícia*, o jornal *O Piauhy*, em julho de 1869, alerta às autoridades competentes que tomem providências acerca do senhor Oliveira, citado na notícia acima, que “anda arvorado em medico a curar todo mundo”. A presente nota deixa em aberto para quem lê o periódico a pressuposição de que Oliveira não seja médico, o qual, possivelmente, não teria uma formação acadêmica na prática medicinal, podendo este ser curandeiro, feiticeiro ou outro prático.

Oliveira se propunha a tratar os doentes de maneira gratuita. Acreditamos que essa prática era uma forma de afirmar e publicizar seu serviço entre os enfermos. Os editores do jornal *O Piauí*, objetivando frear a aceitação das curas feitas por Oliveira, são incisivos ao afirmar a quase morte do escravo do major Bacellar. Esses aspectos revelam as disputas travadas ao longo da segunda metade do século XIX, “[...] em nome do predomínio da ciência médica e do combate a todas as práticas diferentes – e concorrentes – da medicina oficial.” (SAMPAIO, 2014, p. 38).

O oitocentos é o momento em que a medicina nos moldes científicos tenta se legitimar. Segundo Gabriela dos Reis Sampaio (2001), a ideia de charlatanismo surgiu juntamente com a medicina oficial, que, por sua vez, tentava se constituir criando algo que lhe dava suporte; deste modo, “em oposição a essa figura hostil, ia sendo construída a identidade do médico, portador da ciência. Assim, os médicos usavam o título de charlatão para assinalar a todos os seus ‘outros’ em uma mesma visão negativa.” (SAMPAIO, 2001, p. 53). Os médicos estabeleciam o charlatanismo como algo a ser combatido pela medicina acadêmica e científica.

À medida que os primeiros grupos de médicos nacionais se formavam, ainda na primeira metade do século XIX, dava-se início à eliminação de seus concorrentes, e é claro, aqueles que não tivessem um diploma seriam os primeiros do alvo (SAMPAIO, 2001). Sendo assim, médicos em busca da legitimação de sua prática fundaram, em 1829, a *Sociedade de Medicina da Corte*, que em 1835 passou a se chamar *Academia Imperial de Medicina*.

Na década de 1850 o órgão máximo da higiene foi a *Junta Central de Higiene Pública*, também estabelecida no Rio de Janeiro. Foi da Junta Central que saíram as medidas relativas à prevenção das doenças e combativas do charlatanismo, deliberadas e repassadas para as demais províncias do Império. A existência de médicos como presidentes da Província do Piauí, deputados e vereadores<sup>7</sup>, demonstra, para além da entrada desse sujeito no aparelho de Estado, a busca pelo fortalecimento e legitimidade da classe médica da Província, propendendo a torná-la a única forma legítima no ofício de curar (SAMPAIO, 2001).

É pertinente lembrar que existiam, ainda, as concepções pessoais dos moradores de Teresina no tratamento, prevenção e combate à doença. Acreditamos que, na aflição de seus males a população recorria à prática que julgava mais eficaz no combate da doença; entendemos assim que as doenças e as curas vinham atreladas ao modo de vida adotado por cada sujeito, principalmente nos tempos de epidemia.

---

<sup>7</sup> É o caso do médico Simplicio de Sousa Mendes, que foi presidente do Piauí no ano de 1853, nos anos de 1858 a 1859, e em 1868 e 1869.



Os anúncios das práticas dos médicos formados, expressos nos jornais, eram um meio de afirmação da medicina oficial; por isso, muitos faziam questão de ressaltar o lugar de sua formação, pois a medicina do século XIX tem seus redutos estudantis nas capitais do Rio de Janeiro e Bahia, lugares de destaque na formação de médicos oriundos da Província do Piauí. Tal aspecto também era ressaltado nos anúncios de remédios.

Alguns médicos vinham de outras províncias e passavam apenas alguns dias; outros se fixavam na capital, como é o caso do Dr. César Augusto Marques, que veio da Província do Maranhão e atendia em seu escritório, na Rua Grande, oferecendo “seus serviços nos diversos ramos de sua profissão.” de médico e cirurgião. O Dr. César Augusto Marques também atendia por escrito; todavia, assevera que o relatório deveria ser minucioso acerca dos padecimentos do enfermo (O PROPAGADOR, 1858, p. [?]). Nessa conjuntura, quem escreve tem o mínimo de conhecimento das letras ou pede para que alguém escreva.

Na Província do Piauí, os médicos faziam atendimentos na capital e em suas redondezas. A quantidade de médicos na Província era ínfima, sendo assim, aqueles doentes que eram figuras importantes na sociedade da época, recebiam tratamento a domicílio pelo médico formado, como foi o caso do coronel Jacob, que foi tratado em sua residência pelo médico Simplício de Sousa Mendes (O PROPAGADOR, 1859, p. 4). Os demais moradores de Teresina recorriam ao Hospital Regimental, Hospital da Caridade – Santa Casa de Misericórdia, a partir de 1861 – ou outras práticas de cura.

Conforme assevera Tânia Salgado Pimenta (2003), os praticantes das artes de curar não se limitavam a tratar aqueles que ficavam em lugares distantes dos médicos oficializados, como também não se restringiam a atender os pobres e sem condições de pagar. Para a autora, eles estavam perto e ofereciam seus serviços diariamente nos jornais (PIMENTA, 2003). É o caso de Eugênio Marques Holanda,<sup>8</sup> que, tendo aberto uma farmácia na capital Teresina em 1869, compromete-se a, “Na falta absoluta de medico aplica a medicina, e da consulta para fora e a condiciona, os medicamentos em ordem a se não deteriorarem.” (O PIAUHY, 1869, p. 4).

No que concerne aos tratamentos nos hospitais, é relevante mencionarmos que, com a mudança da capital do Piauí de Oeiras para a cidade de Teresina, em 1852, todo o aparelho

---

<sup>8</sup> “Precursor da indústria farmacêutica no Brasil. Farmacêutico, farmacognosista e empresário. Formado em Farmácia pela Faculdade do Rio de Janeiro (1860). Profundo conhecedor de nossa flora, instalou o primeiro Laboratório da Flora Brasileira. Pioneiro em fabricação de produtos da flora medicinal. Os seus produtos receberam menção honrosa na Exposição Nacional de 1871. Líder de classe. Presidiu o Instituto Farmacêutico Nacional. Responsável pela instituição da primeira Escola de Farmácia autônoma, desvinculada das Faculdades de Medicina. Foi farmacêutico da Casa Imperial e cavalheiro da Ordem da Rosa.”(GONÇALVES, 200, p. 210).

administrativo é destinado à nova capital, conseqüentemente, o hospital. Situado onde deveria ser o quartel de polícia, o hospital de Teresina, também conhecido como Hospital da Caridade, começa a funcionar em 10 de janeiro de 1854. Um de seus primeiros médicos foi o Dr. Simplício de Sousa Mendes<sup>9</sup>. No Hospital da Caridade eram tratados pobres, desvalidos, presos, escravos, soldados e aqueles que não tinham condições de curar sua doença em outro local.

Simplício de Sousa Mendes era médico no Hospital da Caridade, acumulando função em 1859, quando passa a ser presidente da Província. Neste mesmo ano, Simplício também realizava serviços no Hospital Regimental, no qual cuidava dos curativos do meio batalhão (O PROPAGADOR, 1858). Acreditamos que o acúmulo de função indicava a falta de médicos na Província. No periódico *O Propagador*, em 19 de fevereiro de 1859, é lembrado o § 28 do artigo 1º da Lei provincial nº 450 de 3 setembro de 1857, no qual “fica vedado a esse funcionário [médico] o exercício de qualquer outro emprego, que não seja de sua profissão medica.” (O PROPAGADOR, 1859, p. [?]) (grifos do autor). Embora a Lei referida retrate um contexto do ano de 1857, ela é validada e rememorada em 1859 pelo jornal; acreditamos que o intuito do periódico era alertar que o referido médico não deveria desprezar a lei, principalmente, por ser presidente da Província, as ordens e regulamentos deveriam ser respeitados, independente a quem eles atingiam (O PROPAGADOR, 1859).

Consideramos que a pouca quantidade de médicos formados pelas faculdades de medicina do Império possibilitava a procura, por parte dos doentes residentes em Teresina, de outras práticas de cura. Contudo, a grande questão que o leitor deve estar se questionando é: se havia falta de médicos na capital, como estes adentrariam no aparelho de Estado? Acreditamos que os médicos existentes estariam interessados em atender a classe rica e adentrar no espaço político, ficando sobre os práticos das artes de curar o cuidado com os demais enfermos.

Possivelmente, as artes curativas podem ter sido difundidas desde a constituição da cidade de Teresina, tendo em vista que, além da insuficiente quantidade de médicos, os medicamentos, sobretudo as vacinas, não faziam efeito (RELATÓRIO, 1853). Os remédios sem resultado eram mais frequentes durante as epidemias; desse modo, o anúncio de medicamentos pode indicar o combate às endemias e epidemias.

---

<sup>9</sup> “Com a mudança da capital da Província, os conservadores saem na frente em termos jornalísticos. Em 1853, publicam *A Ordem*, o primeiro jornal impresso de Teresina, editado por Antônio da Costa Neves e redigido por José Marins Pereira de Alencastre, “*homem de confiança*” do presidente Saraiva.” (LEAL, 2016, p. 16).



Ilustração do frasco da Tintura de Salsa e Caroba de invenção e preparação de Eugênio Marques de Holanda. Ano I. A Patria. Quarta-feira, 27 de julho de 1870. Número [?]. Theresina: Typographia da Patria. Impresso por Eugenio José da Silva. p. 4

Sob o nome de Tintura de Salsa e Caroba, o medicamento feito e preparado pelo farmacêutico Eugênio Marques de Hollanda tinha por função combater as doenças que, por ventura, estivessem ligadas à impuridade do sangue. Eugênio Marques de Hollanda tinha uma farmácia localizada na Rua Grande, nº 39, esquina da Rua Imperatriz. Abaixo do anúncio de seu remédio, era comum aparecer os atestados, uma certificação da eficácia do composto por parte de médicos formados que atestavam a utilidade do produto.

No caso do remédio preparado por Eugênio, os doutores Constantino Luiz da Silva Moura e Simplicio de Sousa Mendes ressaltam os benefícios do produto. Tudo isso serviria para confirmar a cientificidade do mesmo, uma vez que ambos os médicos eram formados pela faculdade de medicina da Bahia, além de serem práticos conceituados na capital. A certificação pelo médico também demonstrava a valorização do produto (PIMENTA, 2003), bem como a publicização, provavelmente era uma maneira de excluir o tratamento de qualquer outra prática que não fosse legitimada cientificamente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As práticas publicadas nos jornais delineavam conflitos entre as artes e ofícios, que acentuaram-se no decorrer do século XIX em todo o Brasil. Objetivando legitimar sua prática, médicos formados por faculdade de medicina como, por exemplo, Simplício de Souza Mendes e Constantino Luiz da Silva, afirmavam, nos periódicos, a maneira de curar dos curandeiros e boticários como nociva aos enfermos, prenúncios que aconteciam, sobretudo, no intermédio das epidemias.

Abre-se o campo de legitimação da cura, na qual médicos formados foram ganhando espaço e apoiando-se na ideia de charlatanismo para se autopromover como portadores da verdade científica médica. Contudo, era ínfima a quantidade de médicos formados que atuavam na capital, fazendo com que a população buscasse outras práticas de cura, bem como acreditamos que os médicos formados estavam interessados em adentrar o espaço político, restando às artes de curar o cuidar dos doentes. Percebeu-se, por intermédio dos jornais, que as práticas de cura eram heterogêneas e que passavam por conflitos e incertezas, sendo frutos de sujeitos históricos com interesses díspares.

## **Referências**

### **Fontes**

**A PÁTRIA.** Teresina. Ano I, n. 32, 16 nov. 1870.

**A PÁTRIA.** Teresina. Ano I, n. 37, 24 dez. 1870.

**A PÁTRIA.** Teresina. Ano I, n. 42, 24 jan. 1871.

**A PÁTRIA.** Teresina. Ano I, n. 50, 24 mar. 1871.

**A PÁTRIA.** Teresina. Ano I, n. 57, 6 maio 1871

**A PÁTRIA.** Teresina. Ano I, n. 61, 3 jun. 1871.

**A PÁTRIA.** Teresina. Ano I, n. 62, 3 jun. 1871.

**A PÁTRIA.** Teresina. Ano II, n. 68, 22 jul. 1871.

**A PEDIDO. O Propagador.** Teresina. Ano I, n. 28, agos. 1858, p. [?].

**A POLÍCIA. O Piauí.** Teresina. Ano II, n. 91, 16 jul. 1869, p. 4.

**AGOSTINHO DA CUNHA MACHADO. O Expectador.** Teresina. Ano III, n. 105, 13 jun. 1861, p. 4.

**ANÚNCIO. O Expectador.** Teresina. Ano III, n. 105, 13 jun. 1861.

**ANÚNCIO. O Piauí.** Teresina. Ano II, n. 67, 15 mar. 1869, p. 4.

**ANÚNCIOS. O Piauí.** Teresina. Ano IV, n. 159, 3 jan. 1871, p. 4.

**AO RESPEITÁVEL público. O Propagador.** Teresina. Ano I, n. 111, 18 mar. 1860, suplemento, p. [?].

**AVISOS. A Ordem.** Teresina. Ano II, n. 42, 16 abr. 1854, p. 4

**CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. Dicionário de medicina popular e das ciencias acessarios para uso das famílias.** Droits reserves: Paris. 6. ed. v. 1. a-f. 1890.

**GONÇALVES, Wilson Carvalho. Dicionário enciclopédico Piauiense Ilustrado.** Teresina: 2003.

**MEDICO E CIRURGIÃO OPERADOR. O Propagador.** Teresina. Ano I, n. [?], 3 jul. 1858, p. [?].

**O PIAUHY.** Teresina. Ano II, n. 74, 20 abr. 1869.

**O PIAUHY.** Teresina. Ano II, n. 75, 25 abr. 1869.

**O PIAUHY.** Teresina. Ano III, n. 113, 11 dez. 1869.

**O PIAUHY.** Teresina. Ano VI, n. 250, 31 jan. 1873.

**O PROPAGADOR.** Teresina. Ano I, n. 32, 04 set. 1858.

**O PROPAGADOR.** Teresina. Ano I, n. 52, 31 dez. 1858, suplemento.

**O PROPAGADOR.** Teresina. Ano II, n. 57, 19 fev. 1859, suplemento.

**O PROPAGADOR.** Teresina. Ano II, n. 57, 19 fev. 1871.

**O PROPAGADOR.** Teresina. Ano II, n. 79, 14 jul. 1859, suplemento.

**O PROPAGADOR.** Teresina. Ano II, n. 80, 21 ago. 1859, suplemento.

**RELATÓRIO. Vice-presidente da província do Piauí, Dr. Luiz Carlos de Paiva Teixeira, na Assembleia Legislativa Provincial.** Theresina: Impresso em casa de João da Silva Leite, Rua Grande. 01/07/1853.

REVISTA SEMANAL: Feiticeiro. **A Pátria**. Teresina. Ano II, n. 71, 18 ago. 1871, p. 4.

## Bibliografia

ABREU, Jean Luiz Neves. **Das enfermidades e dos saberes sobre o corpo dos africanos no Brasil**: historiografia, práticas e apropriações. História e Perspectivas, Uberlândia (32/33): 179-194. Jan. Jul./Ago. Dez. 2005.

ARAÚJO, Romão Moura de. **A medicina social no piauí da primeira República**: Saúde Pública e Serviço de Saneamento Rural (1890 – 1930). Monografia. (Graduação em História) Universidade Federal do Piauí – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, 2014.

CHALHOUB, Sidney et. al (Org). **Artes e ofícios de curar no Brasil**: capítulos de história social. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

\_\_\_\_\_. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. **Teorias médicas e gestão urbana**: a seca de 1877-79 em Fortaleza. História, Ciências, Saúde – Manguinhos: Rio de Janeiro. Vol. 11 (1): 57-74. Abr. 2004.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. V. I. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. As doenças dos escravos: um campo de estudo para a história das ciências da saúde. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de; MARQUES, Rita de Cássia. (orgs.). **Uma história brasileira das doenças**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. V. 2.

LEAL, Ana Regina Barros Rego. **Imprensa Piauiense**: atuação política no século XIX. Anais do 1º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. Disponível em: [portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/.../418](http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/.../418). Acesso em 6 de janeiro de 2016.

LOPES, Felipe da Cunha. **Patológicos e delinquentes**: estratégias do controle social da loucura em Teresina (1870-1930). Fortaleza, 2011. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Ceará – Campus Itapery;

MACHADO, Roberto. *et al.* **Danação da Norma**: medicina social e constituição da Psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

PIMENTA, Tânia Salgado. **O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828-1855)**. São Paulo, 2003. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas trincheiras da cura:** as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, IFCH, 2001.

\_\_\_\_\_. **“Curandeiros e Charlatães”:** reflexões sobre medicina, crença e cura na primeira década republicana. MNEME – revista de humanidades. Caicó, v. 15, n. 34, jan./jun. 2014. Dossiê Religiões Afro-brasileiras.

\_\_\_\_\_. **Juca Rosa, um pai-de-santo na Corte imperial.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

SANTANA, Márcia Castelo Branco. **Fragmentos da loucura:** a construção do asilo de alienados e a loucura no Piauí entre as décadas de 1880 a 1920; Tese (Doutorado em Programa de Pós-graduação em História - UFPE) - Universidade Federal de Pernambuco;

SILVA, Mairton Celestino da. **Batuque na rua dos negros:** escravidão e policia na cidade de Teresina, século XIX. Teresina: EDUFPI, 2014.

*Recebido em: 30 de março 2018.*

*Aprovado em: 20 de junho de 2018.*